



[BRUSCHI, Marcela ; SCHNEIDER, Omar ; SANTOS, Wagner dos; ASSUNÇÃO, Wallace Rocha. Presença feminina na escolarização da educação física no Espírito Santo \(1931-1937\). In: XVIII Congresso Brasileiro de Ciência do Esporte e V Congresso Internacional de Ciências do Esporte, 2013, Brasília.](#)

Categoria : [História da Educação Física](#)

Publicado por Marcela Bruschi em 29/07/2013

PRESENÇA FEMININA NA ESCOLARIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO FÍSICA NO ESPÍRITO SANTO (1931-1937) [1]

Marcela Bruschi

Omar Schneider

Wagner dos Santos

Wallace Rocha Assunção

RESUMO

Analisa o processo de escolarização da Educação Física no Espírito Santo, entre os anos de 1931 e 1937, focando a participação feminina, como alunas dos Cursos Normais e do Curso de Emergência em Educação Física, e a inserção delas no mundo da cultura, como alunas, professoras e entusiastas da Educação Física e do esporte, adotando o conceito de representação de Chartier (1990). Utiliza a Revista de Educação (1934-1937), impresso produzido na cidade de Vitória, e os documentos do "Arquivo Permanente" do Centro de Educação Física e Desportos da Ufes (1931 - 1937). Opera com a proposta da Arqueologia dos Objetos, procedimento que assume que os documentos analisados guardam as marcas de sua produção e de seus usos.

PALAVRAS-CHAVE: História da Educação Física Espírito-Santense; Presença feminina; Imprensa periódica.

INTRODUÇÃO

Até a década de 1930, as Escolas Normais eram a única instituição no Estado encarregada de formar professores aptos a atuar no ensino primário. Como pode ser percebido em Schneider, Alvarenga e Bruschi (2011), no estudo sobre a apropriação da Pedagogia Moderna no Espírito e a inclusão das discussões sobre Ginástica e a Educação Física, a Ginástica, como disciplina, não foi contemplada nos debates da instrução pública anteriores ao século XX, visto que a Educação Física, conforme a Pedagogia Moderna, poderia ser realizada por meio da educação dos sentidos. Com a Reforma Gomes Cardim em 1908, no governo de Jerônimo Monteiro (1908-1912), começa a discussão sobre a inserção da Ginástica como disciplina que passa a compor o rol de saberes necessários à formação dos normalistas.

Somente em 1931, com a reforma Francisco Campos, a Educação Física torna-se obrigatória no ensino secundário, o que fez com que, em 1931, fosse criado o Curso de Emergência em Educação Física para atender à formação de profissionais habilitados para atuar no ensino dessa disciplina nas escolas. Na mesma década, o governo espírito-santense cria a Revista de Educação [do Espírito Santo] (REES), uma revista para a divulgação dos métodos pedagógicos contemporâneos.



A Revista de Educação foi um periódico publicado pelo Serviço de Cooperação e Extensão Cultural do Departamento de Educação do Estado do Espírito Santo. Foi confeccionada, conforme os editores, para divulgação dos métodos contemporâneos de ensino ao professorado capixaba, entre 1934 e 1937, na cidade de Vitória. Seus artigos foram escritos por autores locais e refletiam o ideário educacional da década de 1930. O estudo procura analisar de que forma os temas da Educação Física e do esporte eram debatidos nesses impressos e como as mulheres, professoras de Educação Física, se faziam presentes na escrita desses artigos. Assim, buscamos reconstituir as situações-problema com as quais se defrontaram os atores sociais empenhados em constituir um campo educativo para a Educação Física e o esporte em que a mulher passa a atuar ativamente nas decisões e nas práticas urbanas que ocupam os espaços da cidade, como professoras ou esportistas, leitoras e escritoras.

Em seus estudos, Carvalho (2003) apresenta a proposição de que os impressos de destinação pedagógica são necessários para a construção de uma história cultural dos saberes educacionais, pois são capazes de revelar os "[...] processos de produção, circulação, imposição e apropriação desses saberes [...]" (p. 271-272). Assim, a análise de um periódico possibilita uma aproximação com as peculiaridades da realidade de sua época, do estudo de seus usos e das práticas de consumo que dele se apoderam, bem como de suas condições de produção e circulação, identificando concepções e aspectos das representações de uma época, superando perspectivas que tomavam os impressos como meros "veículos de informações" e transmissores imparciais de informações. Os periódicos especializados, de acordo com Nóvoa (apud CATANI; BASTOS, 1997, p. 16), constituem-se como "[...] o melhor meio para aprender a multiplicidade do campo educativo [...]".

Com o envio do interventor federal, João Punaro Bley, para assumir o governo após a Revolução de 1930, institui-se no Espírito Santo, assim como nos demais Estados da União, com a Reforma Capanema, o Curso de Formação de Professores de 1ª e 2ª Séries, em substituição ao Curso Normal, para diplomar professores primários (100 ANOS, 1992). Assim, a formação de professores de Educação Física nas escolas do Espírito Santo passa a ser atribuída ao Curso de Educação Física inaugurado em 1931, um Curso de Emergência em Educação Física.

Para compreender o processo de transição entre a formação das professoras nos



Cursos Normais e no Curso de Emergência em Educação Física, analisaremos os documentos gerados no interior do Curso de Educação Física, no período de 1931 a 1937. Esse arquivo hoje constitui um “Arquivo Permanente”, um conjunto de documentos, como programas de ensino das disciplinas, atas das reuniões do Departamento, movimentação de professores no interior do curso, matrículas de alunos, avaliações de disciplinas, monografias, livros de ponto etc., que são guardados e ainda não foram explorados em suas possibilidades de revelar a história do próprio curso, as estratégias e táticas de organização da Educação Física e do esporte capixaba.

Segundo Bacellar (2005), nenhum documento é neutro, sempre carrega a opinião da pessoa e/ou órgão que o produziu, de acordo com o contexto de sua época. Ao pesquisador, cabe analisar a REES e o “Arquivo Permanente”, buscando a contextualização do documento que se tem em mãos, discutindo os critérios possivelmente adotados por quem o produziu, de modo a decifrar as informações que ele pode nos fornecer. [2]

Desse modo, o estudo analisa a escrita sobre a Educação Física e o esporte, a ginástica e a higiene, realizada por mulheres formadas pelo Curso de Educação Física, para compreender o processo de escolarização da Educação Física no Estado do Espírito Santo.

Para Darnton (1996), o papel do impresso na organização da sociedade e o seu significado na produção do conhecimento geralmente se relacionam com o uso da palavra apenas como um registro do que aconteceu e não como um ingrediente do acontecimento. Porém, para esse autor, mais do que veicular informações sobre um acontecimento, a imprensa ajuda a dar forma ao que por ela é registrado. Assim, a imprensa periódica é uma força que não deve ser desconsiderada na constituição de uma dada realidade, pois possui condições de moldar os olhares, uma vez que interpreta para o leitor o acontecido.

Para produzir os efeitos esperados, utiliza-se uma linguagem que pode ser exagerada, fundamentada na imparcialidade ou na militância, portanto uma característica que não deve ser creditada à imprensa é a neutralidade. O impresso



coloca-se na condição de intermediário da sociedade, ou seja, por intermédio da imprensa, busca-se forjar a opinião pública, pois os editores consideram que “[...] o público se orienta, quase sempre decide e raciocina não pelas coisas em si, mas pela feição que lhe damos, pelos sinais que a mídia lhes atribui” (BAHIA, 1990, p. 11). Nesse sentido é que Darnton (1996) afirma que a luta pelo poder é antes de tudo a luta pela opinião pública, pela adesão de uma comunidade de leitores às ideias que são tornadas públicas por um grupo de editores.

Trata-se de uma pesquisa sobre a História da Educação Física, que utiliza as proposições de Chartier (1990) para compreender a presença feminina e sua atuação no campo educacional e esportivo espírito-santense. Segundo Chartier (1991), é pelas representações que os indivíduos e os grupos dão sentido ao seu mundo, e é pelo confronto e contradição dessas representações que são produzidas práticas e estruturas.

As percepções do social não são de forma alguma discursos neutros: produzem estratégias e práticas (sociais, escolares, políticas) que tendem a impor uma autoridade a custo de outros, por elas menosprezados, a legitimar um projecto reformador ou a justificar, para os próprios indivíduos, as suas escolhas e condutas (CHARTIER, 1990, p. 17).

Utilizamos, como fonte, a Revista de Educação, e o “Arquivo Permanente” do Centro de Educação Física e Desportos. [3] As referências primárias utilizadas neste estudo são os textos que circularam no impresso e que buscaram tratar da Educação Física e do esporte, e também as escritas realizadas por mulheres para entender a sua participação como professoras, esportistas, leitoras e escritoras.

De acordo com Nunes (1992), essa nova investida prioriza o exame dos objetos investigados, utilizando como referência a cultura, o que remete o pesquisador ao tratamento do objeto pela sua materialidade. O deslocamento que é produzido ao se centrar nas discussões da materialidade dos objetos faz com que se rompa a “[...] cristalização das matrizes interpretativas” (NUNES, 1992, p. 152), o que, segundo essa autora, permite que se produzam novas abordagens de velhos objetos. Nunes e Carvalho (1993, p. 44), discutindo essa proposição, esclarecem:



“[...] esses ‘velhos’ objetos tornam-se [...] ‘novos’, porque são apanhados numa perspectiva que realça sua materialidade de dispositivos, através dos quais bens culturais são produzidos, postos a circular e apropriados”. Desse modo, a metodologia amparada pela História Cultural apresenta-se como a possibilidade de “[...] uma arqueologia dos objetos [...] [procurando] apanhá-los na sua forma, sua frequência, seu dispositivo [e] sua estrutura” (NUNES; CARVALHO, 1993, p. 45). Projetar o objeto em termos de uma arqueologia implica tratar os documentos a serem analisados como objetos culturais que guardam as marcas de sua produção e de seus usos.

A REES E A PRESENÇA DE PROFESSORAS

A produção do impresso, segundo seus editores, foi destinada à divulgação dos métodos e processos contemporâneos de ensino para o professorado capixaba. Conforme Ribeiro (1934, p. 1), ela seria “[...] a Revista do professorado, pelo professor e para o professor”. Seus temas eram propostos como forma de apresentar aos leitores o movimento renovador do processo de ensino-aprendizagem, a Pedagogia Moderna.

A Pedagogia Moderna, movimento que tomou forma em praticamente todo o mundo no final do século XIX e início do século XX, pretendia reformar a sociedade pela educação. Nesse novo modelo, o ensino deveria ser prática/ativa realizada por meio dos sentidos. A educação deveria basear-se na autonomia dos educandos, na liberdade, nos interesses e necessidades das crianças, na educação moral, intelectual e física e não mais livresca e intelectual (PERES, 2005; SCHNEIDER; ALVARENGA; BRUSCHI, 2011).

Os editores da REES projetaram o impresso no intuito de instaurar um novo paradigma de modernidade pedagógica no Espírito Santo. Os discursos eram



veiculados pela revista com temas diferenciados, considerando o que havia de “mais moderno” no âmbito educacional, capaz de “formar” e ampliar os conhecimentos do professorado aplicados na prática e guiados pelo ideal de desenvolver o alunado de forma integral (física, moral e intelectualmente).

Em estudos anteriores, [4] foi possível compreender a história dos impressos de destinação pedagógica analisados por duas possibilidades, uma como caixa de utensílio e outra como biblioteca pedagógica, [5] e a localização da REES e da Pedagogia no Espírito Santo nessas discussões. Com sua publicação, o professorado capixaba passou a possuir um repertório de cultura pedagógica, podendo atualizar e incorporar novos saberes.

Conforme Schneider et al., [6] o capitão João Punaro Bley, juntamente com seu governo, é referenciado como criador da REES e responsável por ela. Notamos que não era qualquer pessoa que estava apta a escrever artigo para a revista. Muitos assumiam cargos públicos de representatividade no governo capixaba e os editores “[...] se põem na condição de um grupo que autoriza ou não as publicações das matérias na revista, quem deveria ser conhecido e reconhecido pela comunidade de leitores como aptos a discutir as questões educacionais no cenário capixaba” (BRUSCHI; WILL; SCHNEIDER, 2012, p. 5).

Em análise da REES, notamos que algumas mulheres circulavam nesse ambiente e discutiam sobre o papel da Educação Física. Ao analisar esses artigos, escritos por essas mulheres, percebemos que elas já exerciam a função de professoras contratadas pelo Estado. Eram professoras normalistas e agora complementavam sua formação no Curso de Educação Física. Não quadro a seguir, podemos perceber sobre quais temáticas escreviam no impresso.

Quadro 1 – Autoras e seus artigos

Autora	Artigo
<p>Maria Aparecida Nogueira</p>	<p>A Educação Phsica Como Factor de Progresso</p>
<p>Sylvia Carlos Loureiro</p>	<p>Educação Phsica – Seus Efeitos Physiologicos</p>
<p>Stella Ferreira Mansur</p>	<p>Importancia dos Exercicios Physicos</p>
<p>Dalila Neves</p>	<p>Os jogos na Educação Phsica</p>



Jovita Nogueira	Ligeiros Comentarios sobre a Higiene e a Educação Física no Brasil
Felisbina Pinheiro de Moraes	A Ginastica Respiratoria: A Base de Educação Fisica (1)
Celina Cardoso	A Dansa e a Ginastica Ritmica na Educação Fisica Feminina
Amalia Guido	Cultura Physica Feminina – A Educação do Instincto do Rythmo
Adyr Miranda	Ligeiras Apreciações Sobre a Educação Physica da Mulher



Orlandina
Ribeiro

Como o
Methodo Francês
satisfaz as
Exigencias da
Educação Physica

Quantitativamente, os artigos escritos por mulheres, no total de dez publicações,

ultrapassam o número de artigos escritos por homens, total de cinco, sobre o tema

Educação Física, esporte e ginástica, muito em função de a quantidade de mulheres

inscritas no Curso de Educação Física naqueles anos ser superior ao número de

homens. De acordo com Pimentel (2011), desde meados do século XIX, passa a

ganhar fôlego o discurso de que as mulheres eram mais aptas para o exercício do

magistério, pois evidenciava-se o discurso de que elas seriam educadoras por

natureza, uma vez que eram responsáveis pela educação dos filhos.

Foi possível a localização dos documentos das seguintes professoras de Educação

Física: Maria Aparecida Nogueira, Jovita Nogueira e Adyr Miranda, Celina Cardoso e

Felisbina Pinheiro de Moraes. Suas fichas foram encontradas no “Arquivo

Permanente” do Curso de Educação Física. Segundo esses documentos, essas

mulheres já exerciam a função de professoras estaduais. Fizeram seus cursos nas

Escolas de formação de professores, como o Colégio Nossa Senhora Auxiliadora,

Escola Normal Pedro II e Escola Normal de Campos.

Observamos, em muitos Estados, a criação de Escolas Normais com a ampliação da oferta de escolarização para a formação de professores. As Escolas Normais, de acordo com Barreto (2007), foram as primeiras instituições a formar professores em face da inexistência de profissionais capacitados e que permaneceram a utilizar esse meio para capacitar professores aptos a desempenhar a função docente.

Nas Escolas Normais, voltadas para a formação de professores essencialmente do

sexo masculino, conforme Barreto (2009), durante o decorrer da segunda metade

do século XIX, passa a ser marcante a presença das mulheres no curso de formação

de professoras do ensino médio, no qual, antes, elas eram direcionadas apenas

para o ensino em escolas primárias. É nesse contexto que começa a haver maior

inserção das mulheres nas atividades docentes.

O Colégio Nossa Senhora Auxiliadora, ou Colégio do Carmo, era um colégio

religioso. Foram encontradas duas professoras nessa instituição. Começou a

funcionar em 1º de março de 1901 pelas Irmãs Carmelitas. De início, criada apenas

como um colégio, em 2 de abril de 1909, pelo Decreto n.º 334, ocorreu a

equiparação desse estabelecimento à Escola Normal. Assim, os alunos passaram a

possuir os mesmos direitos que os diplomados pela Escola Normal, podendo

exercer a função de professores nas escolas regulares, porém, de acordo com

Pimentel (2001), as mulheres encontraram bastante dificuldade, uma vez que a

formação oferecida para elas não objetivava garantir a profissionalização, mas

prepará-las para serem boas donas de casa, esposa e mãe.

A Escola Normal “Pedro II” foi reconhecida como Escola Normal pelo Decreto nº

674, 6 de dezembro de 1869. [\[7\]](#)A mulher ganha espaço nessa instituição somente

no ano de 1879, quando o Dr. Elizeu de Souza Martins, presidente da província,

construiu a “Casa de Instrução Pública”, momento em que a mulher passa a ser acolhida como aluna e futura profissional. A formação de professoras se dava somente para o ensino primário, mas elas mostraram-se eficientes, e a feminização no magistério passou a efetivar de forma lenta e gradativa. Anos depois, elas se tornaram maioria (BARRETO, 2007).

Por meio dos documentos encontrados no “Arquivo Permanente”, foi possível

perceber que as professoras de Educação Física já possuíam formação de

professoras normalistas no Colégio Nossa Senhora Auxiliadora (Celina Cardoso,

Adyr Miranda e Maria Aparecida Nogueira), Escola Normal Pedro II (Felisbina

Pinheiro de Moraes) e na Escola Normal de Campos (Jovita Nogueira). [\[8\]](#)

Em 1931, houve a Reforma Francisco Campos, que introduziu a obrigatoriedade

da Educação Física em todos os níveis de ensino. Isso fez com que fosse necessária

a formação de professores aptos para ministrá-la. Diante dessa necessidade, em

1931, pelo Decreto nº 1.366, de 26 de junho de 1931, no governo do capitão João

Punaro Bley, foi criado o Departamento de Educação Physica do Espírito Santo. No

início, o curso foi considerado de emergência, a fim de suprir a carência de

professores de Educação Física. O Curso de Educação Física do Estado foi

considerado o primeiro Curso de Educação Física aberto para a formação ao meio

civil, visto que antes só existia a Curso de Educação Física do Exército. Muitos

normalistas, dentre esses, principalmente as mulheres, já que eram maioria nas

escolas de formação de professores, completaram sua formação no Curso de

Educação Física. De início, o curso tinha duração de poucos meses (4 a 6 meses).

A ESCRITA DAS PROFESSORAS: SUAS DISCUSSÕES ACERCA DA EDUCAÇÃO FÍSICA

Muitas professoras normalistas que completaram sua formação no Curso de

Educação Física passaram a circular nas páginas da REES publicando artigos

referentes ao tema Educação Física. Na REES, a mulher passa a ter posição de

destaque discutindo os princípios da Educação Física que estavam incluídos nos

novos métodos de ensino que a revista tinha como objetivo discutir: a Pedagogia

Moderna.

Notamos que os artigos publicados no impresso eram seus trabalhos de conclusão

do Curso de Educação Física. Podemos perceber que outras mulheres circulavam

em jornais da época, como o jornal Diário da Manhã, no ano de 1933, em artigo

escrito pela professora Alva Piovesan, intitulado A Educação Física e o Atletismo. Os

artigos publicados no impresso e nos jornais sempre apresentavam a informação: “

Apresentado e lido perante o Conselho de Professores e Instrutores do Curso

Especial de Educação Física que o aprovou com ‘Distinção e louvor’”. Foi possível

perceber, por meio das fontes, que o trabalho de conclusão de curso da professora

Amalia Guido veio a ser publicado no jornal Correio da Manhã, em 24 de dezembro

de 1933, impresso que circulava na cidade do Rio de Janeiro. Esse artigo,

posteriormente, foi publicado na REES, no ano de 1934. As monografias trazem

temas variados sobre a Educação Física e algumas escreviam artigos relacionados

com sua importância para as mulheres.

Os editores da REES indicam o elevado nível dos trabalhos de conclusão de curso

que vinham sendo apresentados, [\[9\]](#) como é possível perceber na citação a seguir:

Vimos de assistir ontem, com indizível prazer, a leitura dos trabalhos de encerramento do curso especial de educação física, mantido pela Inspeção de Educação Física para professores e praças graduadas da Força Pública do Estado.

São teses interessantes, revelando um já notável grão de cultura antropotécnica dos seus autores. Há, em algumas, muita segurança nas afirmativas, muita

observação pessoal e muita originalidade. Em outras, as esplanções inteligentes e

seguras dos seus autores, mostram que estão senhores do assunto e prontos para a

realização da obra meritoria e plena de patriotismo que o Governo do Espirito Santo

se propôs realizar, qual seja o desenvolvimento da fisiocultura escolar em todo o

Estado (OS TRABALHOS, 1934, p. 40).

Em suas discussões, é possível notar a utilização de muitas referências de

pensadores educacionais e entusiastas importantes nas discussões em torno da

Educação Física, ajudando a entender a importância da disciplina no Estado, como

Rousseau, Platão, Pestalozzi, Amoros, Demeny, Lagrange, Fernando de Azevedo,

Oswaldo Cruz, Afrânio Peixoto, dentre outros.

Como o Espírito Santo foi primeiro Estado a criar um Curso de Educação Física

para civis, passou a ser percebido como uma das regiões mais avançadas em se

tratando de cultura física: “Dentro em breve, não seremos mais uma raça de

atrofiados e rarefeitos. Seremos sim, no Espírito Santo, um povo digno da

enormidade deste Brasil feracíssimo” (OS TRABALHOS, 1934, p. 40). Também

Nogueira (1936, p. 43) enfatiza: “O Estado do Espírito Santo desenvolve dia a dia a

sua educação física, e disso pode-se orgulhar, pois nenhum outro Estado da

Federação o ultrapassou em organização pedagógica, com bases científicas”.

Nogueira (1936) estabelece a estreita ligação da Educação Física com a higiene,

pois só assim “[...] poderemos provar que o brasileiro não é um povo atrofiado,

indigno por sua natureza, do nosso maravilhoso paiz” (p. 39). A Educação Física

vinha para sanar os estereótipos associados à figura do brasileiro, um povo sem

moralidade e mentalidade. Segundo Carneiro Leão, citado por Nogueira, era “Um

povo sem cultura, [...], um povo retardatario, doente, mal organizado, de pessimas

finanças, de vida econômica perturbada, de parasitismo político, pobre, sem

prestígio entre outros povos mais cultos” (1936, p. 40).

Mansur (1935) vê a Educação Física como um meio de garantir a regeneração, curando as enfermidades e os vícios do povo brasileiro, formando o homem de ação, para que ele obtenha valor moral e energia para cumprir as obrigações de um bom cidadão. A Educação Física passou, então, a suprir as necessidades voltadas para a saúde, o fortalecimento da raça e da formação de um povo nacionalista e

patriótico: “[...] é necessário que o brasileiro cuide da cultura de seu corpo,

ostentando-se bello e sadio, ao sol dos tropicos em holocausto á belleza,

mostrando-o ás gerações vindouras como uma estatua de belleza e força”

(NOGUEIRA, 1934, p. 28).

Essas professoras se apoiavam em uma educação considerada clássica,

greco-romana, que prescrevia a prática da ginástica para o desenvolvimento do

homem de forma integral. Nogueira (1934), Loureiro (1935) e Miranda (1935)

discutem a função da Educação Física no desenvolvimento da tríade do físico, moral

e intelectual, pois, para elas, só uma educação que favorecesse essa tríade seria

capaz de proporcionar o engrandecimento nacional. De acordo com as autoras,

muitos consideravam haver antagonismo entre a Educação Física e o

desenvolvimento intelectual. Sobre esse tema, Loureiro (1935), apoiando-se em

Rousseau, um educador da Pedagogia Moderna, afirma:

Rousseau, o mais ardente propugnador da educação física no século XVIII

preconizava a necessidade de não se separar a EDUCAÇÃO FÍSICA da intelectual,

afirmando que o segredo da EDUCAÇÃO FÍSICA residia justamente em fazê-la

marchar paralelamente à educação intelectual; que o espírito deve estar

intimamente ligado ao corpo; e assim se expressava: cultivai antes de tudo, seu

físico porque é ele que vai primeiro vosso aluno são e forte para poder-lo ver

inteligente e sadio (p. 21).

A Educação Física começa a ser discutida em torno de bases fisiológicas e anatômicas, da Medicina e da Higiene, porém sem deixar de atender aos princípios da Pedagogia. Desse modo, era observada a “[...] necessidade de o professor de Educação Física estudar as ciências biológicas, [pois] o desenvolvimento harmonioso do corpo só se obtém quando se aplicam exercícios físicos baseados na

fisiologia” (LOUREIRO, 1935, p. 21).

Nesse sentido, um método de educação deveria satisfazer essas exigências, e o método francês se apresentava com o maior expoente, pois correspondia às descobertas científicas mais recentes, satisfazendo as necessidades sociais e também por ter como fim o aperfeiçoamento da raça. Método este que foi empregado na formação de professores no Curso de Educação Física no Estado.

Para Neves (1935), a Educação Física não deve ser praticada somente nas

escolas. Ela vê necessidade de oferecer essa prática ao povo e sugere a criação de

praças de esportes ou jogos direcionadas principalmente para as crianças. De

acordo com Neves (1935, p. 20), os jogos concorrem “[...] para a educação social e

hygienica, ao mesmo tempo que estimula o pendor para as luctas quotidianas da

vida”.

Aos rapazes já eram oferecidas algumas práticas esportivas, como o futebol, o

basquete, o vôlei e a natação. Os esportes começam a ser recomendados também

às mulheres, consideradas o bello sexo. Os jogos “Devem ser acompanhados de

prazer, porque este é o melhor excitante da energia vital. Interrompe a monotonia

do trabalho, dissipando os aborrecimentos e faz nascer verdadeiros laços de

solidariedade entre os seus companheiros” (NEVES, 1935, p. 21).

Ao discutir o papel da Educação Física aplicada à mulher, Cardoso (1934)

argumenta que ela, na sua aplicação, não deveria ser a mesma do homem, o que é

ratificado por Miranda (1935, p. 21):

A Educação Física Feminina não deixará de ser uma muscularização, mas será

neste caso uma muscularização em que se terá em vista desenvolver e fortalecer os

músculos, flexionar-se as articulações, sem nunca chegar ao relevo muscular

incondizível com a beleza da mulher.

Viam que a beleza de um povo dependia muito mais da mulher, considerada bela

e forte, podendo originar uma raça vigorosa e duradoura. Assim, conforme a autora,

a missão da mulher seria a conservação da espécie, que, sem o preparo físico, ela

seria incapaz de cumprir seu objetivo.

Passa-se a discutir qual o melhor método de Educação Física apropriado à mulher.

Para Cardoso (1934, p. 14):

A educação que fizesse da mulher um ser perfeito, enérgico e bélo; a educação que aperfeiçoasse e apurasse as qualidades intelectuais do sexo, tornando-a forte, sem masculiniza-la; enfim, a educação que a tornasse, na mais ampla acepção da palavra – UMA MULHER, seria a verdadeira, e o método de educação física [...].

A dança é vista no favorecimento do social, nas maneiras, condutas e etiqueta

das mulheres e na garantia higiênica, pois ela preserva a juventude, desperta a

graça, o movimento e alegria, “[...] no aumento da circulação, respiração, evita pés

inchados e produz bom temperamento” (NEVES, 1934, p. 15). Grandes entusiastas

da dança são citados como exemplo, como Isadora Duncan e Émile

Jaques-Dalcroze. A ginástica rítmica também é apresentada fazendo parte de um

bom desenvolvimento físico, capaz de desenvolver a beleza do espírito e a

perfeição do corpo: “[...] Ella attende ás solicitações da natureza humana, se

harmonisa com as leis do nosso desenvolvimento biológico, orienta, methodisa,

educa o nosso instinto de movimento, tornando-o consciente da sua força e da sua

finalidade [...]” (GUIDO, 1934, p. 66).

A REES objetiva oferecer um modelo de educação considerado exemplar para a

formação continuada do professor, promovendo, assim, o engrandecimento do povo

capixaba, e para isso apresentava dispositivos editoriais, incluindo a Educação

Física, buscando garantir a saúde, a higiene, a moral e o patriotismo do povo

capixaba.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como a REES foi produzida em um período de mudanças nas estruturas sociais, onde o governo varguista assume medidas nacionalistas em todo o território brasileiro, a revista deve ser analisada como produto cultural, produzido e posto a circular para apresentar à população capixaba, mas diretamente aos professores, as novas medidas educacionais.

Como foi possível notar em estudos anteriores, na revista circulavam pessoas que

exerciam cargos de representatividade social no cenário capixaba e, em alguns

casos, em de outro Estado. Porém, alguns professores transitavam nesse meio.

A escrita das mulheres nos registros deixados na revista apresenta a Educação Física como uma prática indispensável nas escolas. A Educação Física também é apresentada como indispensável às mulheres, pois a ela é atribuída a garantia do futuro da raça, e para isso precisava cuidar do corpo, não se descuidando daquilo que era considerado o bello sexo.

FEMALE PRESENCE IN THE SCHOOLING OF PHYSICAL EDUCATION IN ESPÍRITO

SANTO (1931-1937)

ABSTRACT

Analyses the process of Physical Education schooling in Espírito Santo between

the years 1931 and 1937, focusing the female participation, as students of Teachers

Formation Course and Emergencial Physical Education [Teachers Formation]

Course, as also their insertion in the culture world as students, teachers and

Physical Education and Sports enthusiasts, adopting the representation concept

from Chartier (1990). Uses the Revista de Educação (1934-1937), printed matter

produced in Vitória and the documents from the “Permanent Archive” of the Centro

de Educação Física e Desportos da Ufes (1931 - 1937). Operates with the Objects

Archaeology proposal, a procedure that assumes that analyzed documents keep

marks of their production and uses.

KEYWORDS: History of Physical Education in Espírito Santo; Female presence;

Periodic press.

PRESENCIA FEMENINA EN LA ESCOLARIZACIÓN DE LA EDUCACIÓN FÍSICA EN EL

ESPÍRITO SANTO (1931 - 1937)

RESUMEN

Analiza el proceso de escolarización de la Educación Física en el Espírito Santo, entre los años de 1931 hasta 1937, focalizando la participación femenina, como alumnas de los Cursos Normales y del Curso de Emergencia en Educación Física, y la inserción de ellas en el mundo de la cultura, como alumnas, profesoras y entusiastas de la Educación Física y del deporte, adoptando el concepto de

representación de Chartier (1990). Utiliza el periódico de Educación (1934-1937),

impreso producido en la ciudad de Vitória, y los documentos del “Archivo

Permanente” del Centro de Educación Física y Deportes de la Ufes (1931 - 1937).

Opera con la propuesta de la Arqueología de los Objetos, procedimiento que asume

que los documentos analizados guardan las marcas de su producción y de sus usos.

PALABRAS-CLAVE: Historia de la Educación Física Espírito-Santense; Presencia

femenina; prensa periódica.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

100 ANOS: Escola Maria Ortiz: escola de talentos, 1992.

BACELLAR, C. Uso e mau uso dos arquivos. In: PINSKY, C. B. (Org.). Fontes

históricas. São Paulo: Contexto, 2005. p. 23-79.

BAHIA, J. Jornal, história e técnica: as técnicas do jornalismo. São Paulo: Editora

Ática, 1990.

BARRETO, S. M. C. A Escola Normal d. Pedro II e a normalista capixaba nos anos

de 1920. Revista Agora, Vitória, n. 6, p. 1-16, 2007.

BARRETO, S. M. C. Políticas educacionais e formação de professores no Espírito

Santo: anos 1920. In: SIMÕES, H. S. S.; PIMENTEL, S. F.; SALIM, M. A. A. (Org.).

História da educação no Espírito Santo: vestígios de uma construção. Vitória:

Edufes, 2009. p. 194-218.

BRUSCHI, M.; WILL, T. F.; SCHNEIDER, O. A escolarização da educação física no

Espírito Santo: autores, atores e editores na Revista de Educação. In: SEMINÁRIO

DO CENTRO DE MEMÓRIA DA EDUCAÇÃO FÍSICA, 7., 2012, Belo Horizonte. Anais...

Belo Horizonte: editora, 2012. v.1, p 168-178.

CARDOSO, C. A dança e a ginástica rítmica na educação física feminina. Revista

de Educação, Vitória, ano 1, n. 3, p. 13-17, jun. 1934.

CARVALHO, M. M. C. de. A caixa de utensílios e a biblioteca: pedagogia e práticas

de leitura. In: VIDAL, D. G.; HILSDORF, M. L. S. Tópicos em história da educação. São

Paulo: Edusp, 2001. p. 137-167.

CARVALHO, M. M. C. de. A escola e a República e outros ensaios. Bragança

Paulista: Edusf, 2003.

CHARTIER, R. A história cultural: entre práticas e representações. Lisboa: Difel,

1990.

CHARTIER, R. O mundo como representação. Estudos Avançados, São Paulo-USP,

v. 5, n. 11, p. 173-191, jan./abr. 1991.

DARNTON, R. Introdução. In: DARNTON, R.; ROCHE, D. (Org.). Revolução impressa:

a imprensa na França – 1775-1800. São Paulo: Edusp, 1996. p. 15-17.

GUIDO, A. cultura physica feminina: a educação do instinto do rythmo. Revista

de Educação, Vitória, ano 1, n. 7 e 8, p. 63-66, out./nov. 1934.

LE GOFF, J. História e memória. Campinas: Editora da Unicamp, 1990.

LOUREIRO, S. C. Educação física: seus efeitos fisiológicos. Revista de

Educação, Vitória, ano. 1, n. 10 e 11, p. 20-28, jan./fev. 1935.

MANSUR, S. F. Importancia dos exercícios físicos. Revista de Educação, Vitória,

ano 2, n. 13, p. 12-14, abr. 1935.

MIRANDA, A. Ligeiras apreciações sobre a educação física da mulher. Revista

de Educação, Vitória, ano 2, n. 12, p. 10-15, mar. 1935.

NEVES, D. Os jogos na educação física. Revista de Educação, Vitória, ano 2, n.

13, p. 19-21, abr. 1935.

NOGUEIRA, J. Ligeiros comentários sobre a higiene e a educação física no Brasil.

Revista de Educação, Vitória, ano 3, n. 25-26-27-28, p. 38-44, out./nov./dez. 1936.

NOGUEIRA, M. A. A educação física como factor de progresso. Revista de

Educação, Vitória, ano 1, n. 9, p. 16-28, dez. 1934.

NÓVOA, A. A imprensa de educação e ensino. In: CATANI, D. B.; BASTOS, M. H. C.

(Org.). Educação em revista: a imprensa periódica e a história da educação. São

Paulo: Escrituras, 1997. p.11-31.

NUNES, C. História da educação brasileira: novas abordagens de velhos objetos.

Teoria e Educação, Panorâmica, Porto Alegre, n. 6, p. 151-182, 1992.

NUNES, C.; CARVALHO, M. M. C. de. Historiografia da educação e fontes. Cadernos

da ANPED, Belo Horizonte, n. 5, p. 7-64, set. 1993.

OS TRABALHOS de fim de curso da inspetoria de educação física. Revista de

Educação, Vitória, ano 1, n. 2, p. 40-41, maio 1934.

PERES, E. A escola ativa na visão de Adolphe Ferrière: elementos para

compreender a escola nova no Brasil. In: STEPHANOU, M.; BASTOS, M. H. C. (Orgs.).

Histórias e memórias da educação no Brasil. Petrópolis: Vozes, 2005. v. III, p.

114-128.

PIMENTEL, S. F. A instrução feminina na visão dos presidentes de província do

Espírito Santo (1845-1888). In: PIMENTEL, S. F.; SÁ. N. P. (Org.). Gênero, etnia e

movimentos sociais na história da educação. Vitória: Edufes, 2011. p. 85-121.

PIMENTEL, S. F. Do privado ao público: o papel da escolarização na ampliação de espaços sociais para a mulher na Primeira República. 2001. 297 f. Tese (Doutorado em História de Educação) – Faculdade de Filosofia, Letras e História da Universidade

de São Paulo, São Paulo, 2001.

RIBEIRO, C. Aos professores. Revista de Educação, Vitória, ano 1, n. 2, p. 1, maio

1934.

RIBEIRO, O. Como o methodo francês satisfaz as exigencias da educação physica.

Revista de Educação, Vitória, ano 2, n. 12, p. 16-21, mar. 1935.

SCHNEIDER, O.; ALVARENGA, J. A.; BRUSCH, M. Educação, ginástica e educação

física: apropriações da pedagogia moderna no Espírito Santo entre as décadas de

1910 e 1930. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO, 6., 2011,

Vitória. Anais... Fortaleza: Itarget, 2011. v. 1. p. 1-15.

[1] Estudo financiado pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Espírito Santo

(FAPES) e Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq)

do Edital CNPq/FAPES 02/2011, Programa Primeiros Projetos, Processo nº 53661524;

Edital Apoio a Projetos de Pesquisa CNPq/CAPES 07/2011, Processo nº

401329/2011-9 e Edital Apoio Técnico FAPES 017/2012, Processo nº

60138637/2012.

[2] Realizando a crítica documental na pesquisa com documentos oficiais,

constatamos que apenas algumas práticas são relatadas pelos responsáveis na

publicação de documentos. Sabemos que a REES constitui apenas uma pequena

parte daquilo que era projetado ou realizado na Educação do Espírito Santo, e os

documentos encontrados no Arquivo Permanente são registros oficiais que nem

sempre correspondem à veracidade dos fatos, mas podem ter sido produzidos com

a finalidade de representar o ideal irrealizado perante os órgãos oficiais.

[3] Em parceria com o Curso de Arquivologia da Ufes, o “Arquivo Permanente” do

Centro de Educação Física e Desportos encontra-se recebendo tratamento

adequado para sua restauração e durabilidade. Analisando os documentos como

objetos culturais que guardam marcas de sua produção e de seus usos,

acreditamos que nosso trabalho de historiador consiste “[...] fazê-las dizer [os

documentos] o que elas por si próprias não dizem sobre os homens, sobre as

sociedades que as produziram” (LE GOFF, 1990, p. 466).

[4] Ver Bruschi, Will e Schneider (2012).

[5] Ver Carvalho (2001).

[6] Conforme SCHNEIDER et al. A Revista de Educação no governo João Punaro

Bley e a escolarização da educação física no Espírito Santo (1934-1937), [2013] (em

fase de publicação).

[7] Desde o ano de 1834, funcionava como liceu.

[8] Não foi possível localizar essa Escola Normal. Como havia professoras que

atuavam no Espírito Santo que vinham de outros Estados, isso nos leva a supor que

a professora Jovita Nogueira obteve sua formação como normalista em outro

Estado, já que não há relatos dessa Escola Normal no Espírito Santo.

[9] Os elogios são referentes à turma de 1933, na qual estão incluídas todas as

professoras que publicaram artigos na REES, exceto as professoras Amalia Guido e

Stella Ferreira Mansur.

